

**ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: AS MULHERES DO ASSENTAMENTO
ERNESTO CHE GUEVARA E JOÃO BATISTA NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Cláudia Delboni¹

É através da História Oral de Vida que buscarei compreender o movimento de luta pela terra em curso no Estado de Mato Grosso do Sul, nos últimos cinquenta anos, assim como as portas abertas pelas ações afirmativas no que tange a questão de gênero. Assim, a pesquisa tem como objetivo pensar o processo histórico que corrobora a construção das assimetrias de poder, e para isso tomaremos as mulheres assentadas como ponto de partida para se compreender a representação do masculino, e posteriormente pensar os poderes que constroem e legitimam seu silenciamento.

Com a perspectiva de escapar das generalizações que caracterizam os estudos sobre a participação das mulheres nos assentamentos rurais, delimitaremos a coleta da história de vida para as mulheres residentes no assentamento Eldorado I - Ernesto Che Guevara e o João Batista -, ambos criados no ano de 2006 e localizados no município de Sidrolândia.

Primeiramente, a pesquisa tem por objetivo analisar a participação das mulheres na luta pela terra nos assentamentos rurais, que vivenciaram a experiência da luta no acampamento. É no processo de travessia de saída das periferias das cidades, passando por longos períodos de acampamento em barracas de lona de pretas ocorridos ao longo das últimas duas décadas, até a conquista do lote no assentamento, que iremos analisar as mudanças operadas nos papéis sociais designadas aos homens e mulheres camponesas.

É importante salientar que as mulheres entrevistadas participaram de um acampamento que se estabeleceu em meados de 2002, na estrada estadual que liga Sidrolândia a Anhaduí e Rio Brilhante, caracterizando-se como o maior acampamento de sem terra estabelecido no município. Segundo relatos dos moradores, ele tinha aproximadamente dez quilômetros de extensão e contava com a presença de mais de quatro mil sem terra.

¹ - *Doutoranda na Universidade Federal da Grande Dourados, no curso de História, Email: claudiadelboni@uems.br*

Também, as entrevistas revelaram que muitas mulheres já haviam passado por outros acampamentos, aliás, a primeira constatação feita na pesquisa de campo, foi uma longa estadia nos acampamentos, muitas vezes maior que o período vivido nos assentamentos, que já contava com oito anos de história. Tanto que suas narrativas estão marcadas pela troca recorrente entre os termos acampamento e assentamento, muitas vezes, quando percebem que trocaram corrigem imediatamente, mas algumas ainda chamam o assentamento de acampamento.

O testemunho da assentada Luzenir é exemplo da profundidade de travessia que acampamento representou,

Aí nisso eu tive a minha filha a Geise, tá com nove anos, completou nove anos dia 16 de março. Nesse período ela ficou nesse acampamento, e eu indo e vindo, indo e vindo.. ela já estava com a faixa de um ano e meio, mais ou menos, estava andando - que ela atrasou, ela era muito gordinha, atrasou andar. Estava tendo uma distribuição de cesta lá, e o pessoal de sindicato, tinha um monte de carro beirando a rodovia, daí chegou a carreta e o meu esposo que estava lá, foi ajudar a descarregar a cesta, para o barracão do acampamento.

E nisso vinha vindo uma carreta da Zaelli e aquela baixadona do asfalto, e aquele trem sem freio. Nisso passou o caminhão do pão e as crianças brincando de cavalinho no terreno, tinha uma rampa ali. Aí eu falei "*Jéssica, Lucas e Luana cuida da Geisa que eu vou comprar o pão, o padeiro subiu*". Era uma kombi, que passava sempre vendendo, daí eu sempre comprava, por que guardava o dinheirinho para o pão, as coisa, e dia sim dia não ele passava e eu comprava o pão das crianças.

Eu cruzei a rodovia comprar o pão, a margarina e o leite e nisso veio a tal da carreta buzinando, e eu imaginava que ela estava buzinando para os rapazes, pro pessoal do acampamento que era muito grande, eram duas mil e tantas famílias naquele asfalto, era um cordão assim .. de um lado e do outro do asfalto.

"*Paaaaa*"... vinha buzinando assim, e eu de costas e de frente para o auto falante anunciando "*Pão, pão, e tal...*" e eu ali pegando o troco, com a sacola de pão, com o leite e a margarina. Quando eu ouvi "*mãe!*", eu olhei para trás e a Geisa no meio daquela faixa amarela, no meio da rodovia, e a carreta vinha mandado bala, não tinha como parar. Assim eu me joguei em frente dessa carreta, catei essa menina e pulei do outro lado do asfalto, eu sei que joguei pão, joguei margarina, esparramou tudo no meio do asfalto. E do outro lado eu pulei tremendo, tremendo, chorando, eu tremia, tremia, não conseguia parar, agarrada nela.

Estourou tudo, aí o rapaz falou para o funcionário dele "*tá vendo o que uma mãe faz por um filho, quase morreu a muié, dá lá o pão outro leite, outro pão que eu vou dar o troco pra dela*", ele não cobrou o que caiu, ele me deu o pão, me deu a margarina. E aí acabou a vontade, acabou a vontade de pão, acabou a vontade de margarina ... Aquele dia vou te falar, acabou a vontade de eu ter um lote, de esperar ali, eu falei "*Meu Deus até aonde vai chegar meu desejo, meu sonho? Eu vou perder meu filho aqui*", por que era muito em cima da

rodovia, era muito arriscado”²

Luzenir era o retrato vivo da longevidade do acampamento: desde criança perambulou por diversos municípios do Estado em barracas de lona ao lado da mãe - Baytaporã, Dois Irmão do Buriti, Anastácio, e como ainda morava em barraco dentro do assentamento Che Guevara, disse em tom de ironia “ Eu estou com 31 anos e costume falar que *"até hoje não sei o que é morar debaixo de uma casa"* .

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, a partir de um estudo comparativo, no qual procederemos à observação de dois assentamentos, criados no ano de 2006: o Ernesto Che Guevara, que abriga 640 famílias numa área de 9.972,1231 ha, e o João Batista com 208 famílias numa área de 3.6949,0530 ha, sendo que cada família possui 8 hectares para o cultivo individual e 4 hectares para o cultivo coletivo.

Em segundo lugar, faz se necessário salientar que o município de Sidrolândia, localizado há 70 quilômetros de Campo Grande, conta com 14,1% das famílias assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, é um local marcado pelo conflito agrário, com a maior presença de assentamentos rurais no Estado. Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), do ano de 2012, o município conta com a existência de vinte assentamentos.

O município está localizado na região Centro-Oeste, situado no Estado de Mato Grosso do Sul. Podemos destacar três fatores que contribuíram para a configuração atual da região: primeiro a proximidade da capital de Mato Grosso do Sul, segundo a agropecuária que foi a atividade pioneira, uma vez que a geografia do lugar se caracteriza por um relevo plano, Sidrolândia pertence a região denominada de Campos de Vacaria. Por fim, destacamos que a região foi ponto de passagem para a ferrovia Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914, que vinha de São Paulo via Campo Grande e tinha como objetivo interligar Mato Grosso ao litoral.

A instalação dos assentamentos contribuiu para a atração de migrantes oriundos de diversos município do Estado, assim como de diversos Estados brasileiros. Num período de doze anos a população de Sidrolândia passou de 12 mil para 48 mil habitantes, resultando também no crescimento da zona urbana com o incremento do comércio e a instalação de algumas indústrias – têxtil e alimentos (corte do frango).

² Entrevista realizada com a assentada Luzenir Pinto dos Santos, do assentamento Ernesto Che Guevara, no dia 20/03/2014.

Ambos os assentamentos fazem parte do complexo da Fazenda Eldorado S/A, localizados há 30 quilômetro da cidade de Sidrolândia. Um imóvel rural com 28.500 hectares, que foi comprado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para fins de reforma agrária, no ano de 2005, por 179 milhões do Grupo Agropecuário Bertin, voltada para o setor de frigoríficos.

A fazenda foi propriedade de Paulo Eduardo de Souza Firmo, natural de Rio Grande do Norte (RN), que em 1968 adquiriu as terras e implementou um ousado projeto de criação do gado Nelory, caracterizado pelo melhoramento genético do gado zebu de descendência indiana.

A opção pelo zebu ocorreu em detrimento da linhagem européia até então privilegiada pelos pecuaristas, uma vez que era considerado um tipo gado manso, de fácil manejo para a atividade de pastoreio. Em contrapartida, o zebu era visto como indomável, mas de rápido crescimento e maior produção de carne, ou seja, um empreendimento mais lucrativo na ótica empresarial, em consonância com o projeto militar estabelecido com o Estatuto da terra, aprovado em 1964, que priorizava a modernização do campo.

Ao longo da década de 1980 a fazenda foi se estabelecendo como modelo de empreendimento rural, marcada pela racionalização empresarial e a maximização do lucro na criação de gado. Tanto que a sede da fazenda foi exemplo de ostentação de poder, com sua imponência arquitetônica – uma casa com 9 suítes, toda revestida de madeiras de nobres; um imponente isolamento de segurança, com a blindagem de pesados portões de ferro; uma pista de pouso para avião; uma represa construída para geração de energia; além de piscina, sauna e o refinamento nobiliário característico de grandes fortunas, tais como chafarizes, cerâmicas especialmente vinda da França para adornar a muralha, que tinha a letra F/E como logotipo da fazenda cravada em toda sua extensão; também contava com uma plantação de eucaliptos, que vista de cima trazia o logotipo da fazenda, para facilitar o acesso aéreo.



3

Mesmo com a decadência do imóvel, pois a casa permaneceu há quase uma década sem manutenção, assim como sofreu depredação, ela ainda é símbolo de opulência na região, tanto que no ano de 2009 - sobre o poder do Incra, ela foi cenário para as gravações do filme “Cabeça a prêmio”, cuja narrativa traz o conflito entre dois irmãos pecuaristas do centro oeste, que controlam uma rede de negócios ilícitos (narcotráfico).

Com a morte do proprietário, na década de 1990, a família entrou em crise financeira e colocou a terra à venda, que primeiramente foi comprada pelo Grupo Bertin e posteriormente pelo INCRA. O processo de aquisição da fazenda foi alvo de críticas por parte da sociedade civil, uma vez que o imóvel havia sido comprado pelo Grupo Bertin seis meses antes da negociação com o INCRA-, por 79 milhões, e este pagou em menos de um ano, 179 milhões, ou seja, ocorreu uma revalorização de mais de 100% do imóvel.

³ Fotografia tirada pela pesquisadora, na sede da fazenda Eldorado, em 24/01/2014.

Devido às dimensões da fazenda a operação de compra foi realizada em três etapas, pois a existência de uma lei federal que assegura que um imóvel rural adquirido para fins de reforma agrária acima de 10 mil hectares não pode ser quitado em menos de 20 anos. Portanto, uma maneira de acelerar o pagamento foi partilha-la em três áreas para a negociação.

Em janeiro de 2005 ocorreu a compra de 9 mil hectares, onde foi criado o assentamento Ernesto Che Guevara e o assentamento João Batista; em julho de 2005 o INCRA adquiriu a parte restante da Fazenda Eldorado com 9,6 mil hectares e a Fazenda Alambari de 8,2 mil hectares, criando os assentamentos Eldorado II com 777 famílias, Alambari FAF com 204 famílias, Alambari Fetragri com 155 famílias, Alambari CUT com 230 famílias; e em 2006 ocorreu a terceira negociação, onde está o assentamento Eldorado Parte, com 70 famílias assentadas. Por fim, o imóvel que outrora foi uma propriedade de uma única família, foi partilhado entre 2.200 famílias.

A escolha dos assentamentos João Batista e Ernesto Che Guevara foi decorrente de serem as primeiras famílias a ocuparem a área da Fazenda Eldorado, além do que foram resultados da luta de acampamentos organizados pelo Movimento de Sem Terra (MST), na região de Sidrolândia, diferente dos demais, que vieram na esteira das conquistas do MST, organizados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação dos Trabalhadores Agrícola (FETAGRI) e Federação Agricultura Familiar (FAF), de maneira que o acampamento nem sempre foi utilizado como tática na conquista do lote familiar.

2.1 - A História Oral de Vida e a montagem da rede de colaboradoras

A primeira dificuldade encontrada na pesquisa foi a disponibilidade de fontes, uma vez que as vozes femininas são escassas nos arquivos oficiais, nas instituições e até mesmo nos movimentos sociais. Por isso, optamos pela História Oral de Vida, que pressupõe a realização de entrevistas com as mulheres assentadas, que vivenciaram a permanência nos acampamentos, no intuito de perceber suas representações sobre as mudanças na travessia de sem terra para assentadas.

A partir da sua história de vida as mulheres colaboradoras irão narrar suas experiências enfatizando o antes e o depois da titulação da terra, sob alguns aspectos, como por exemplo, o sexual, o político, o econômico e o cultural, ou seja, as

experiências que elas consideram relevantes para serem narrarem, e nada nesse processo de rememoração deve ser considerado supérfluo.

Sobre a História Oral de Vida temos o manual escrito por José Carlos Sebe Bom Meihy que esclarece sobre o papel do entrevistado,

O sujeito primordial dessa espécie de história oral é colaborador, que tem maior liberdade para dissertar, o mais livremente possível, sobre sua experiência pessoal. Nesse caso, deve ser dado ao depoente espaço para que sua história seja encadeada segundo sua vontade e suas condições. "(MEIHY, 2005 p.148)

Neste tipo de abordagem, a oralidade acontece com o mínimo de interferência do pesquisador: as mulheres narram suas vidas, a partir da seleção dos acontecimentos que elas consideram importantes de serem lembrados. O início da montagem da rede das assentadas ocorreu com a colaboração de duas freiras, missionárias e residentes na sede da Fazenda Eldorado, que nos conduziram até as mulheres assentadas que tinham vivido a condição de acampamento.

Não podemos esquecer que as dimensões da fazenda, impossibilitava a livre circulação entre os assentados, uma vez que as estradas - chamadas de travessão -, encontravam-se em condições precárias, principalmente, nos dias de chuvas: ficar com o carro atolado pela estrada não era novidade para os assentados que hoje comemoram as melhores condições das estradas, uma vez que quando chegaram precisaram abrir trilhas para se locomoverem.

Regina Célia além de missionária era também professora de matemática na escola localizada na sede da fazenda no Assentamento Eldorado II, a qual atende alunos dos sete assentamentos da fazenda; e Wanda que exercia a profissão de enfermeira responsável pelo Posto de Saúde, também localizando no assentamento Eldorado II. Ambas possuíam uma inserção dentro da comunidade católica nos diversos assentamentos da fazenda, mas também não podemos esquecer que suas respectivas profissões ampliavam o raio de acesso dentro das assentadas.

A primeira história de vida coletada na pesquisa foi de Nalva - do MST Ernesto Che Guevara -, segundo suas palavras. Durante a entrevista mostrou-se bastante assustada diante do gravador, falar era algo que a amedrontava, estava imóvel na poltrona, parecia que o gravador era uma arma apontada para ela, que a qualquer momento poderia disparar. Diante do incômodo, expliquei que a presença do gravador

era necessária, por que somente assim poderia colocar no papel sua história de vida com os detalhes narrados. Então ela me respondeu, “*Sabe que é, eu tenho uma cisma, por que eu acho que assim, tem que falar bonito por causa que a gente não sabe muito bem falar, então a gente tem que treinar pra falar, por que a gente fica meio embananada*”⁴

O alijamento das mulheres do espaço público vem de longa data. Sobre o silenciamento imposto as mulheres, escreveu Michelle Perrot

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamentos. Silêncios das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem mesmo penetrar na hora das orações. Silêncio nas assembleias políticas povoadas de homens que as tomam de assalto com sua eloquência masculina. Silêncio no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e uma atitude barulhenta demais como a da vida “fácil”. Silêncio até na vida privada, quer se trate do salão do século 19 onde calou-se a conversa mais igualitária da elite das Luzes, afastadas pelas obrigações mundanas que ordenam que as mulheres evitem assuntos mais quentes – a política em primeiro lugar – suscetíveis de perturbar a convivialidade, e que limem às conveniências da polidez. “Seja bela e cale a boca”, aconselha-se às moças casadoiras; para que evitem dizer bobagens ou cometer indiscrições. (PERROT, 2005, p 10)

O medo de falar feio, *embanado* nas palavras de Nalva, fora do espaço doméstico, era resultado de um silenciamento imposto às mulheres por diversas instituições que sempre reiteram a necessidade de descrição das mulheres, de calar-se já que não são consideradas habilitadas pelo grupo para falar de política. Talvez seja por isso que a entrevista ocorreu com interrupções do seu marido e de um líder do assentamento que permaneceu no espaço onde estava ocorrendo a entrevista, deixando visivelmente a entrevistada constrangida. Aliás, a interrupção das entrevistas pelos maridos, parece algo recorrente na pesquisa até então, principalmente quando o marido está presente no momento da entrevista.

2.2 - A memória o cotidiano das mulheres

A abordagem de gênero permite adentrar na força do cotidiano e do privado, uma vez que este é o espaço “reservado” para a atuação feminina. Nesse sentido, o estudo de gênero possibilita identificar as tradições e as resistências, que as mulheres por meio de

⁴ Entrevista realizada com Lindinalva de Oliveira Silva Ferreira no dia 22/01/2004, no assentamento Eldorado I “Che Guevara, no lote 20.

práticas sociais e individuais, foram criando ao longo de suas trajetórias de vida, na travessia do acampamento para o assentamento. Dessa maneira, buscamos na atuação das mulheres compreendermos a dimensão pública e sua relação com a prática política, mesmo por detrás de uma aparente submissão ou passividade.

É na perspectiva de Boaventura que pensaremos o cotidiano,

Por que os momentos são “locais” de tempo e de espaço, a fixação momentânea da globalidade da luta é também uma fixação localizada e é por isso que o cotidiano deixa de ser uma fase menor ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores. Perante a transformação do cotidiano numa rede de sínteses momentâneas e localizadas de determinações globais e maximalistas, o senso comum e o dia-a-dia vulgar, tanto público como privado, tanto produtivo como reprodutivo, desvulgarizam-se e passam a ser oportunidades únicas de investimentos e protagonismo pessoal e grupal. Daí a nova relação entre subjetividade e cidadania. (BOAVENTEURA, S, S., 2010, p.261)

Assim, o estudo do cotidiano da vida das mulheres se constituirá em importante manancial para a realização da pesquisa, na medida em que ele é composto de idéias, percepções e opiniões, mas também de fatos de domínio público e privado, além de ser resultante de relações sociais, das regras de organização e das diferentes concepções acerca da reforma agrária e da própria noção de assentamento rural. Nele percebemos as resistências e lutas que os personagens teceram em resposta as determinações globais que nos fala Boaventura.

Portanto, tenho como foco de pesquisa o cotidiano como uma opção teórico-metodológica, visa não apenas a história local, mas pretende entender o processo histórico na luta pela terra num perspectiva de gênero, na passagem do século XX para o XXI, mais especificamente nas últimas cinco décadas.

As vozes das mulheres serão o norte da pesquisa: suas histórias de vida serão gravadas, transcritas e transcriadas⁵. A oralidade enquanto fonte primária possibilitará a análise da participação das mulheres na luta pela terra, na medida que são percebidas como guardiãs do espaço privado. Enquanto sujeito da escuta prioritária na pesquisa serão indícios para pensar as permanências e as rupturas no que tange aos papéis sociais engendrados pela política de reforma agrária.

Assim, as práticas femininas são vistas na pesquisa como transmissoras da arquitetura cultural de um grupo e a memória das mulheres está nas palavras! Afinal o

⁵A transcrição como última etapa na confecção da História Oral de Vida pressupõem a organização do texto segundo as normas gramaticais, assim como a organização do tempo cronológico das memórias narradas, para serem devolvidas para as mulheres assentadas.

acesso das mulheres camponesas à escrita é impedido por inúmeros mecanismos sociais. Dona Nalva testemunhou um deles,

Meu pai nunca deixava a gente estudar, se começasse a estudar ele já falava que a gente estava querendo estudar pra começar a namorar, por que as filhas mulheres dele não eram pra ter estudo, por que a filha mulher dele era pra trabalhar na roça, não era pra estudo. Então a gente trabalhou muito, desde a gente criança.⁶

Enquanto camponesas não tiveram acesso à educação formal. Nas zonas rurais, a não valorização da escola ocorre com mais intensidade que nas zonas urbanas. Na reprodução da família camponesa, o confinamento das mulheres no espaço doméstico dispensa a escola.

As narrativas das mulheres contrastam com as masculinas, esta pouco afeita a rememoração da vida privada, já as lembranças femininas são portadora de fartas recordações da vida íntima, coloridas lembranças do espaço doméstico a que foram confinadas. Daí a relutância de considerar o relato oral, permeado pela subjetividade como pernicioso para a pesquisa científica, ou seja, inútil para analisar o meio sócio cultural no qual os personagens estão inseridos.

Contudo, percebemos a memória dos testemunhos do presente, como fruto da elaboração de indivíduos que trazem nas entrelinhas as lembranças da presença do social, do coletivo e, por isso, o uso da memória como chave da inteligibilidade do passado. Portanto, iremos conduzir o trabalho de pesquisa a partir do pressuposto teórico que ratifica a possibilidade de captar o coletivo, no caso o assentamento, a partir das memórias individuais das mulheres assentadas no João Batista e no Ernesto Che Guevara.

Também, é importante salientar que o objetivo da pesquisa não é o de trazer a memória das mulheres para a esfera da comemoração, da celebração, que relata apenas as lembranças vitoriosas, mas sim tomá-la como um elemento dinâmico para se pensar a questão de gênero dentro de um contexto mais amplo, o da problemática agrária no Estado de Mato Grosso do Sul, nos últimos cinquenta anos no Brasil.

O caráter narrativo dos depoimentos supõe recordações e esquecimentos, presenças e ausências, as quais são vitais para a compreensão dos processos históricos nos quais as assentadas estão inseridas. Sobre isso alerta-nos Robert Frank,

⁶ Idem. op.cit.

É certo que, na construção da fonte oral, há solicitação da memória daquele que depõe. A memória como fonte para o historiador é insubstituível em muitos casos, mas ela é também geradora de erros, de mitos, de mitologia e, evidentemente, o historiador tem muito o que fazer para corrigir e desmistificar. (FRANK, 1999, p. 107)

Assim, o caminho a ser percorrido nesta pesquisa é o de tomar a memória como objeto de investigação. As narrativas memorialísticas servirão como objeto de análise crítica e metodológica da história, quando buscaremos cotejá-las entre si, como um documento histórico. O fato das entrevistas estarem permeados pela subjetividade das mulheres impõe-nos outra questão: a de que sejam fontes de pesquisa válida para o historiador. A respeito deste problema, Marieta de Moraes Ferreira explica que,

Deve ser mencionado ainda que a preocupação com as denúncias de falsificações, desvios e ocultações, retomadas como princípios básicos da tradição disciplinar da História, não leva a desvalorização dos depoimentos orais considerados por alguns como subjetivos e distorcidos, mas pode reincorporá-los através do estudo do porquê das falsificações e dos usos políticos do passado e do presente. Pode-se também obter depoimentos orais fidedignos através de procedimentos de contraprova. (FERREIRA, 1996, p. 19)

A partir desse viés, a subjetividade das histórias de vidas é de vital importância para análise do processo histórico, pois as falsificações, as omissões e repetições serão elementos preciosos da pesquisa, na medida em que tais ocorrências nos levam a investigar o porquê das ausências, presenças e falsificações da memória. Como nos disse dona Nalva ao finalizar sua história de vida *“Eu espero que as pessoas que ouvem essas coisas que eu estou falando aqui, não é besteira é tudo realidade que aconteceu na nossa vida.”*

Sobre a subjectividade da história de vida, Maria Isaura afirmou em seu trabalho sobre as *“Variações sobre a técnica de Gravador no registo da Informação Viva”* que tudo que o pesquisador recolhe nas narrativas *levam-nos aos valores inerentes aos sistemas sociais*, por isso é matéria bruta que carece de análise, inferências, explicações.

A diversidade de modos de empregos das histórias de vida e dos depoimentos orais mostram a riqueza dos dados que captam; e a este respeito, atualmente, mais ou menos todos os cientistas sociais são concordes. Não se nega mais, também, que mesmo uma única história de vida possa ser objeto de um estudo sociológico aprofundado e frutífero. Todo fenômeno social é total, dizia Marcel Mauss na década de 20; o indivíduo é também fenômeno social; aspectos importantes de sua sociedade e do seu grupo, comportamentos e técnicas, valores e ideologias podem ser apanhados através de sua história. (QUEIROZ, 1991, p.14)

A subjetividade perdeu o estigma de ficção, de invenção, de inverdade, para ganhar o estatuto de fonte passível de análise histórica. Seu aspecto parcial não a

inviabiliza como fonte, e como todo documento carece da crítica interna. É a crítica da fonte que permite ao historiador da oralidade perceber os elementos da história individual conectada com a história de um grupo, de uma classe, de uma nação.

Portanto, as histórias de vidas das assentadas de João Batista e Ernesto Che Guevara, embora possuam as particularidades, na qual cada personagem viveu ‘sozinho’ suas memórias guardam o convívio com o social, elas nos falam de Sidrolândia, de reforma agrária, de Mato Grosso do Sul e do Brasil: dos sem terra que padeceram na luta pela conquista do lote, para viabilizarem a reprodução da família.

Vemos a memória enquanto a prova da presença do passado no presente é o elo que assegurava a passagem do tempo, a perpetuação da tradição. Nas palavras de Henri Roussou, “ *Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana, em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.*” (ROUSSOU, 2005, p. 94-5)

Por um lado, a memória assegura a identidade, já que ela propicia a formação de grupos sociais, assim como sua continuidade, ao despertar nos indivíduos o sentimento de unidade social, unificando sujeitos que têm base comum e comungam as mesmas práticas culturais. Assim, a memória das mulheres assentadas mostra-nos a identidade do Sem Terra, suas narrativas trazem a ocupação da terra, como uma guinada em suas vidas: o orgulho de ser sem terra está acima das divergências entre os diversos grupos presentes no assentamento.

Por fim, nas narrativas percebemos a atuação de diferentes personagens, grupos, partidos, religião que disputam o direito de tornar-se memória, ou melhor, tradição. Assim, as referências ao passado ocorrem para definir a coesão do grupo, de maneira a possibilitar a continuidade e a coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si – os Sem Terra, contudo, ao demarcar o lugar do eu, simultaneamente, estabelece oposições em relação ao outro: a terra de trabalho se contrapõe ao outro que é a terra de negócio, das grandes máquinas, do agrotóxico, dos grandes lucros.

Também, não podemos esquecer que a memória das assentadas está entranhada pela ação do presente, pois o sujeito que lembra está construindo uma imagem de si para o tempo presente, por isso elas selecionam os fatos que darão coerência para representação que pretende edificar: o presente projeta-se sobre o passado. As preocupações do tempo presente participam na estruturação da memória.

Sobre isso escreveu Halbwachs, “*A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.*” (HALBWACHS, 1990, p.70). Na medida em que as mulheres constroem sua versão sobre o passado, elas selecionam acontecimentos: lembrar é uma ação seletiva, silenciosa, anacrônica e deformadora, daí sua riqueza, pois é um fenômeno construído socialmente.

A elaboração da memória implica num trabalho de organização, classificação e hierarquização dos acontecimentos do passado revelando um constructo de enquadramento das lembranças, que a pesquisa procurará se debruçar. Nas palavras de Michel Pollak buscamos uma *história social da história*, ou melhor, uma análise das práticas das assentadas para se solidificarem e perpetuarem-se socialmente.

Por fim, também cabe ressaltar que o objeto de análise se constitui num tema contemporâneo, faz parte da história do presente. Segundo Le Goff (1999), “ [...] o caso da história imediata, privada do conhecimento do futuro e do depois permite ao historiador de todas as épocas apreciar melhor o peso do acaso, a liberdade controlada mas real dos homens, as escolhas, a diversidade limitada, mas existente das possibilidades.”(LE GOFF, 1999, p.101)

Contudo, não podemos esquecer que o presente é o resultado de uma longa trama de acontecimentos que se processaram no decorrer do tempo. Com isso, para compreender o presente faz-se necessário integrá-lo numa história da longa duração. Assim, não é possível entender a dinâmica dos assentados se não inseri-la na trama das discussões feministas e a questão agrária brasileira desenrolada nos últimos cinquenta anos.

No trajeto de realização das entrevistas, as narrativas serão indício de novas fontes, como a participação das agências mediadoras que atuam na questão de gênero nos assentamentos selecionados. Assim como, os depoimentos serão analisados a luz de produções, como por exemplo, “Companheiras de Luta ou Coordenadoras de Painéis” de Mirian Abramovay e Maria das Graças Rua, patrocinado pela UNESCO e publicado em 2000, e Carmen Diana Deere, sobre a reforma agrária na América Latina (2002), publicações que se tornaram referências na análise participação das mulheres na luta pela terra, no Brasil e na América Latina.

Analisaremos as diretrizes das agências mediadoras da questão de gênero ligadas a questão agrária – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Movimento Sem

Terra (MST), Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMRTR), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Pastoral da Terra, entre outras que possam ser identificadas no decorrer da pesquisa. Por fim, com a pesquisa das diversas fontes elencadas, simultâneo ao trabalho de coleta dos depoimentos, confrontarei a memória das assentadas com a produção acadêmica produzida nas últimas décadas sobre a participação feminina na reforma agrária.

Também, a metodologia do trabalho contará com a pesquisa de campo, a partir de visitas aos assentamentos que possibilitarão um contato direto com as mulheres, na medida em que a aproximação contínua possibilita uma relação de reciprocidade, que por sua vez possibilita a consolidação de uma teia de mulheres para a coleta da História Oral de Vida. Pois não podemos esquecer que essas protagonistas viveram um cotidiano marcado pelo conflito, pela disputa e somente a partir do reconhecimento da pesquisa torna-se possível estabelecer uma relação de confiança, para a gravação das histórias de vida. Nesse percurso metodológico, o caderno de campo constitui-se num importante técnica para registro das conversas informais, assim como anotações do cotidiano da comunidade assentada.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY Mirian & RUA Maria das Graças. *Companheiras de luta ou coordenadora de panelas? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília : UNESCO, 2000.

CHAUVEAU Agnes & TETART Philippe Org. *Questões para a história do presente*; Tradução Ilka Stern Cohen – Bauru, SP : EDUSC, 1999,

DEERE, C. D. & LEON, M. *O empoderamento da mulher: Direitos, terra e direito de propriedade na América Latina*. Porto Alegre : Editora UFRGS, 202

FARIAS, M. de F. Lomba, *As representações sociais: algumas reflexões sobre a participação feminina nos assentamentos de reforma agrária*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005

HALBWACHS, Maurice, *A memória Coletiva*, 4ª Edição, São Paulo : Centauro, 2006

FERREIRA Marieta de Moraes & AMADO Janaina. *História Oral Uso & Abuso da História Oral*, 6ªEd, Rio de Janeiro : FGV, 2005

LE GOFF, Jacques, *História e Memória*. 5ª Ed. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 2010

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª.Ed. São Paulo, Edição Loyola, 2005

_____(Org.) *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*, São Paulo : Xama, 1996.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2,n.3, 1989, p.3-15

_____. *Memória e Identidade Social*. In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v5, a10, 1992, p-200-212

PERROT, Michelle, *Os Excluídos da História*. 3ªEd. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP : EDUSC, 2005

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *Variações sobre a Técnica de Gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. QUERIROZ, 1991

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13ªEd. São Paulo: Cortez, 2010

SCOTT, Joan, História das mulheres. In., *A Escrita da historia*, . BURKE, Peter (org). São Paulo. Editora. UNESP, 1992, p. 63-95.

_____. *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Jul-Dez. 1995, Vol. 20, (2), p. 71-99.